

Os desafios cotidianos dos trabalhadores em um abrigo para crianças e adolescentes

Daily challenges faced by the workers of a foster care institution for children and adolescents

Agueda Wendhausen*
Fernanda Pereira**
Guilhermo Alfredo Johnson***

Resumo: Num país com inúmeros problemas sociais como o Brasil, o abandono de crianças e adolescentes se constitui em problema preocupante, principalmente ao adentrarmos a realidade das chamadas casas de passagem, que lhes servem como abrigo temporário. O artigo é o recorte de um estudo junto a trabalhadores de um abrigo localizado no sul do país. Trata-se de um levantamento de problemas enfrentados por trabalhadores em seu cotidiano junto a crianças abrigadas. A abordagem metodológica foi qualitativa, utilizando-se para coleta dos dados a metodologia do Círculo de Cultura proposto por Paulo Freire. A análise se deu a partir dos “temas geradores” levantados. Emergiram dois temas principais: as necessidades dos trabalhadores em relação ao processo de trabalho e como se sentem em relação ao trabalho com as crianças. Os resultados apontam aspectos do abandono do Estado e do abandono familiar. Constatamos a necessidade da instituição de uma Política Social inclusiva para essa população, já que esse é um dilema enfrentado pelos Abrigos.

Palavras-chave: Trabalhadores. Crianças abrigadas. Política social.

Abstract: In a country with several social problems such as Brazil, the abandonment of children and adolescents is a matter of concern, especially considering the reality of so-called transition houses, which serve as temporary shelter. This article is an abridged version of a study performed with employees of a foster care institution located in the South region of Brazil. This is a survey of the problems faced in a daily basis by workers regarding the sheltered children. The methodological approach was qualitative, using for data collection the methodology of the Circle of Culture proposed by Paulo Freire. The analysis was based on the “generating issues” that

* Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Docente no Mestrado em Saúde e Gestão do Trabalho da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Itajaí, Santa Catarina, Brasil. Email: agueda@univali.br

** Mestre em Gestão em Saúde: concentração saúde da família pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI-SC). Especialista em Docência Superior pela Universidade Gama Filho (UGF-DF). Especializanda em Elaboração e Gestão de Projetos Sociais pela União Metropolitana de Educação e Cultura (UNIME-BA). Nutricionista pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS-RS). Lauro de Freitas, Salvador, Bahia, Brasil. Email: fefasc@hotmail.com

*** Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor do Curso de Ciências Sociais e do Mestrado em Geografia na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Foi Vice-Coordenador e Professor no Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas na Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil. Email: guijohnson@uol.com.br

were raised. Two main themes emerged: the needs of workers in relation to the work process and how they feel about working with children. The results reveal certain aspects of the abandonment of the state and of the children's respective families. Our research has exposed the need of establishing a comprehensive social policy for this population in the face of the dilemmas faced by the foster care institutions.

Keywords: Workers. Sheltered children. Social policy.

Recebido em: 06/11/2009. Aceito em: 01/09/2010.

1 Introdução

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) contabiliza que, no Brasil, existem milhares de crianças vivendo em Abrigos; somente em Santa Catarina são 1.078 crianças e adolescentes. Dos cerca de 80 mil abrigados no país, 87% possuem família (SILVA, 2003).

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990) conceitua o termo “Abrigo” como “[...] medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade”. O Estatuto da Criança e do Adolescente afirma que os Abrigos devem adotar princípios como: a preservação dos vínculos familiares; a integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem; o não desmembramento de grupos de irmãos; a participação na vida da comunidade local; a participação de pessoas da comunidade no processo educativo, preparação gradativa para o desligamento; etc. Portanto, do ponto de vista legal, a proteção integral das crianças deve ser priorizada.

Os motivos que levam as crianças aos Abrigos são inúmeros: carência familiar, abandono pelos pais, vivência de rua, tráfico de drogas, trabalho infantil, mendicância, maus-tratos físicos e violência sexual. Na maioria dos casos, os pais não são só desprovidos de recursos materiais, mas também de poder e autoestima em função da pobreza que assume dimensão expressiva na sociedade brasileira. Em decorrência dessa situação, crianças e adolescentes – e a família da qual fazem parte – são vítimas da violência estrutural, sem o mínimo de recursos disponíveis

para sobreviver (CRUZ, 2006). As instituições de proteção a crianças e adolescentes possuem como usuários privilegiados das suas políticas famílias que não são atendidas de forma a satisfazer as necessidades básicas pelas Políticas Públicas (JOHNSON; PACHER, 2008). Ainda que a concepção formal das políticas sociais estatais persista como se fossem universais, é possível observar que o acesso a elas para o conjunto da população é segmentado e, nas duas últimas décadas, marcadamente residual (PEREIRA, 2008). A doutrina da proteção integral das crianças e adolescentes insere-se nesse bojo, pois o financiamento dessa política social inclui o Estado como mero parceiro, delegando boa parte das responsabilidades para a chamada sociedade civil (MONTAÑO, 2003). No âmbito dessa perspectiva crítica relacionada ao Estado, consideramos que a crescente desresponsabilização que orienta a sua participação nas políticas para as crianças e adolescentes está no cerne das características apontadas no presente estudo.

Em função de experiências relacionadas com atividades e investigações no desenvolvimento do trabalho junto a crianças, concebemos a importância em estudar como os trabalhadores¹ vivenciam e representam seu papel junto às crianças abrigadas. Entendemos que é necessário “olhar” para a atuação dos trabalhadores

¹ Chamamos de trabalhadores no contexto do presente estudo: a diretora, psicólogos, auxiliares administrativos, educadoras sociais, auxiliares de apoio, cozinheiras e vigilantes que atuam no local.

dos Abrigos, pois as dificuldades enfrentadas no cotidiano necessitam ser investigadas na perspectiva do seu bem-estar, assim como no aprimoramento da gestão e implantação da política setorial em análise. Na medida em que os trabalhadores tenham condições objetivas e subjetivas de desenvolverem suas atividades, melhores atendimentos poderão oferecer (SALINA-BRANDÃO; WILLIAMS, 2009).

Este estudo é um recorte de uma dissertação de mestrado que objetivou identificar e descrever os problemas que preocupam os trabalhadores de uma Casa de Passagem (ou Abrigo) em seu cotidiano de trabalho e cuidado às crianças. A contribuição do estudo consiste em trazer à luz problemas que por certo atingem a maioria dos trabalhadores de casas de passagem, para que sua discussão possa contribuir na construção de soluções para minimizá-los.

2 Caracterização social da instituição e apontamentos metodológicos

A Casa de Passagem onde foi realizada a pesquisa, à qual daremos o nome fictício de “Contos de Fadas”, abriga até vinte e cinco crianças de zero a doze anos de idade, em situação de risco ou que sofreram maus tratos. A instituição foi inaugurada no ano de 2005.

O Abrigo localiza-se em um dos principais bolsões de pobreza de um município do Vale do Itajaí, litoral centro-norte do estado de Santa Catarina (PREFEITURA MUNICIPAL, 2008a).

No município o turismo traz muitos benefícios econômicos, socioculturais e ambientais, mas também contribui para o aumento da pobreza, pois inúmeras famílias passam a residir no local acreditando em melhores empregos e qualidade de vida, embaladas pela atividade econômica e social da alta temporada de veraneio; porém, na pós-temporada iniciam-se as dificuldades. Sabe-se que o desemprego, a falta de oportunidade e a desigualdade social são alguns aspectos característicos da sociedade capitalista que podem contribuir para a violência, uso de drogas, trabalho infantil e outras expressões da questão social (SOARES, 2003).

Nas proximidades do Abrigo são perceptíveis invasões e um grande número de casebres

sem saneamento básico e mínimas condições de sobrevivência. A maioria da população do bairro é composta por catadores de resíduos, que desenvolvem essa atividade como principal fonte de renda.

O estudo foi realizado com os trabalhadores na sede da Casa de Passagem “Contos de Fadas”. No momento da pesquisa, a instituição possuía vinte trabalhadores cedidos pela Prefeitura Municipal (PREFEITURA MUNICIPAL, 2008b). Todo o grupo foi convidado a participar do estudo (diretora, psicóloga, auxiliar administrativo, educadoras sociais, auxiliares de apoio, cozinheiras e vigilantes). Dentre seus componentes, treze pessoas participaram dos encontros: uma diretora, uma psicóloga, três educadores sociais, quatro auxiliares de apoio, uma cozinheira e três vigilantes². Os discursos dos interlocutores foram editados com o fim de evitar sinais de linguagem que, por ventura, pudessem facilitar a sua identificação. Os três encontros coletivos – embasados no Círculo de Cultura – ocorreram entre os meses de novembro e dezembro de dois mil e sete, com um tempo médio de duração de duas a três horas cada um. Nesses encontros foi possível trabalhar com dezessete temas geradores.

A maioria das pessoas é jovem, possui entre 20 e 30 anos. Grande parte do grupo atua na Instituição há pouco tempo, menos de três meses, e possui educação universitária ou segundo grau completo. Os trabalhadores são naturais de diferentes municípios de Santa Catarina ou de estados vizinhos, como Rio Grande do Sul e Paraná. Dentre os participantes não havia nenhum nativo, o que comprova o grande número de migrantes atraídos por perspectivas de melhora da cidade litorânea.

O estudo pode ser considerado uma aproximação do que entendemos como “pesquisa social participante” (HAGUETTE, 2003). O método utilizado para coleta de dados foi adaptado do Círculo de Cultura proposto por Paulo Freire (2005), educador que defendia que o aprendizado deve estar associado à tomada de

² Para fins de explicitar os discursos serão utilizadas nomenclaturas que remetem a siglas das ocupações que os trabalhadores desempenham. Assim, a diretora será D1; a psicóloga P1; os educadores sociais Es1, Es2 e Es3; os auxiliares de apoio Ap1, Ap2, Ap3 e Ap4; a cozinheira C1; e os vigilantes V1, V2 e V3.

consciência de uma situação real vivenciada pelo aluno. Para Freire, que assumir a liberdade como maneira de ser do homem pode ser o ponto de partida do Círculo de Cultura. Os diálogos realizados no Círculo de Cultura revelam-se como um meio de conscientização. Gadotti (1996) aponta que o método consiste em três momentos: **investigação temática**, em que alunos e professor buscam no universo vocabular do aluno e da sociedade palavras e temas centrais de sua biografia; **tematização**, na qual eles codificam e decodificam os temas buscando seu significado social; e, por fim, **problematização**, quando buscam superar uma primeira visão mágica por uma visão crítica, partindo para a transformação do contexto vivido. Com base nessas concepções e sistemática foi proposta a investigação junto com os trabalhadores, incentivando-se a participação ativa de todos na verbalização relativa à vivência cotidiana de cuidar das crianças abrigadas.

A aproximação com a pesquisa participante se deu ao optarmos pelas técnicas dialógicas de Freire, que possibilitaram um espaço de interação, reflexão, aquisição e produção de conhecimento entre a pesquisadora/facilitadora e os trabalhadores.

Para análise dos dados, foram utilizadas as transcrições dos discursos dos participantes e os materiais elaborados durante as oficinas (cartazes e avaliações), que foram ordenados, classificados e analisados de acordo com a proposta de Bardin (1977) para análise de material qualitativo. Contribuiu também para a análise do material a experiência de trabalho da pesquisadora na Instituição, que ocorreu durante o ano de 2006, e a observação realizada durante os encontros com os trabalhadores.

Com relação aos procedimentos éticos para realização da pesquisa na Instituição, pedimos autorização aos participantes para gravar e fotografar os encontros, bem como elaboramos um termo de consentimento livre e esclarecido (assinado)³. Nesse sentido, optamos por omitir informações da Instituição e dos trabalhadores, com vistas a respeitar o devido sigilo.

3 Os trabalhadores e os cuidados com as crianças e adolescentes: políticas públicas e subjetividade

Buscamos sistematizar as informações coletadas em dois grandes temas para os quais convergiram, conforme segue. É importante registrar que os dois grandes temas que constituem os dois grandes eixos da tematização estão vinculados a questões teóricas e práticas recorrentes na literatura que analisa o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2006). O primeiro tema remete às prescrições que o ECA apresenta para o funcionamento correto dos abrigos, isto é, relaciona-se com a formação profissional dos trabalhadores e as condições estruturais de funcionamento institucional. Já o segundo tema organiza-se em torno das inquietações sociais desses trabalhadores, precisamente o abandono a que as crianças e adolescentes estão submetidas e a situação das famílias das quais elas provêm.

³ O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética da Univali, sob o Parecer nº 564/2007.

Quadro I – Tematização

TEMAS	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
<p>A. AS NECESSIDADES DOS TRABALHADORES EM RELAÇÃO AO PROCESSO DE TRABALHO.</p>	<p>1. O despreparo dos trabalhadores para atuar no Abrigo e suas implicações.</p>	<p>5. Despreparo dos trabalhadores para atuar na Instituição. 8. Existe uma disparidade “gritante” no tratamento oferecido às crianças. 11. Muitos profissionais são enviados para a Casa de Passagem sem ter o perfil adequado para trabalhar no Abrigo.</p>
	<p>2. A falta de estrutura material na Instituição.</p>	<p>9. Ausência de livros adotados nas escolas para dar continuidade aos estudos e reforço escolar para as crianças. 12. Falta de um espaço adequado para realizar oficinas pedagógicas com as crianças, famílias e comunidade. 13. Ausência de uma biblioteca na Casa para uso dos trabalhadores e das crianças.</p>
<p>B. COMO SE SENTEM EM RELAÇÃO AO TRABALHO COM AS CRIANÇAS.</p>	<p>1. As marcas psicossociais e o aprisionamento das crianças abrigadas.</p>	<p>1. Disputa de espaço afetivo entre as crianças em relação aos trabalhadores. 2. Percepção do grupo da existência de vazio existencial nas crianças. 3. Exclusão social das crianças e de seus familiares. 4. “Sensação de prisão” dos infantes no Abrigo. 6. As crianças apresentam distorção de valores. 7. O grupo sente a necessidade de as crianças terem uma religião, uma crença. 10. Preconceito da sociedade (principalmente amiguinhos da escola) em relação aos abrigados. 14. Desejo de fuga por parte de algumas crianças e de permanência na Casa de Passagem por outras.</p>
	<p>2. A ausência de acompanhamento às famílias dos abrigados.</p> <p>(Tema gerador destacado pelos trabalhadores como o que mais lhes provoca preocupação).</p>	<p>3. Descumprimento das regulações do ECA. 16. Muitas famílias não estão inseridas nas Políticas Públicas (Fome Zero: Bolsa-família, Sentinela, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, auxílio moradia, etc.). 17. Ausência de acompanhamento às famílias durante a situação de abrigamento das crianças e após o retorno familiar.</p>

Fonte: Dados de campo (2007-2008).

A seguir discutiremos alguns dos aspectos que a tematização apresentada sugere à luz de referenciais teóricos, ainda que sucintamente.

4 Tema A: As necessidades dos trabalhadores em relação ao processo de trabalho

As discussões desta temática referenciam-se em torno do dever ser que o ECA considera necessário para o funcionamento do Abrigo. Poderíamos dizer que a análise em pauta aproxima-se de uma avaliação de eficácia, na perspectiva de relacionar as metas (aquilo que o ECA considera necessário) e a sua comparação com a realidade de uma determinada instituição (TREVISAN; VAN BELLEN, 2008), focalizando o interesse nos trabalhadores.

4.1 A-1) O despreparo dos trabalhadores para atuar no Abrigo e suas implicações

Os trabalhadores da Casa de Passagem “Contos de Fadas” sentem a necessidade da realização de capacitação para aprimorar o desenvolvimento do trabalho na Instituição. O grupo cita vários problemas enfrentados no dia-a-dia, dentre os quais estão: escolha pelo trabalho na Instituição sem conhecer sua realidade; ausência de perfil adequado para atuar na Casa; dificuldades para lidar com as diferentes faixas etárias; ausência de cursos e capacitação para conhecer os diversos assuntos rotineiros do trabalho (HIV, autismo, sexualidade, drogas, ECA, adoção, etc.), frequente rotatividade no quadro de funcionários e prevalência de relações autoritárias de alguns trabalhadores em relação às crianças. As dificuldades sentidas no exercício das funções não são diferentes das sentidas em outros espaços semelhantes, vinculados ao espaço em foco (RYAN; GARNIER; ZYPHUR; ZHAI, 2006; SIQUEIRA; DELL’AGLIO, 2006; JOHNSON; PACHER, 2008), mas é importante também observar as transformações do mundo do trabalho, que conferiram maior precariedade e intensificação ao ritmo do trabalho, diversificando as tarefas e responsabilidades (MONTAÑO, 2003; SOARES, 2003).

Contudo, apesar das reclamações em torno da qualificação, grande parte do grupo de trabalhadores possui formação universitária, mas parece não considerá-la como um instrumento em seu trabalho. O que se apresenta nos discursos proferidos remete ao que denominamos de *síndrome da especialização*, ou seja, muitos trabalhadores não se sentem capazes de produzir e dividir seus conhecimentos e experiências; parece tornar-se necessária a obediência a diretivas providas de uma autoridade que indique a eles o que fazer (RYAN; GARNIER; ZYPHUR; ZHAI, 2006). A demanda por qualificação é frequente nos serviços de atendimento ao público, tanto no âmbito da assistência social quanto da saúde e da educação, pois é necessária a existência de espaços formativos e de socialização que confirmem segurança ontológica e institucional a quem trabalha⁴. O ECA prescreve a necessidade de formação permanente, assim como há na legislação declarada preferência por essa política, mas na prática a execução da mesma tem sido política de governo e não de Estado.

Esse aspecto poderia ser levado em consideração no processo seletivo, mas a Instituição não participa da escolha dos trabalhadores da Casa de Passagem. A seleção é efetivada pela Prefeitura Municipal através de processo seletivo sobre conhecimentos gerais⁵. A diretora comentou que já realizou uma tentativa de trabalho em conjunto com a Prefeitura para o momento da seleção, mas não foi atendida. Entende-se que com essas ações seria possível reduzir a rotatividade dos trabalhadores causada por ausência de perfil ou por falta de esclarecimento de funções. Segundo depoimento,

⁴ Na contemporaneidade, decorrente das transformações no mundo do trabalho e da globalização – ou mundialização financeira –, as concepções de qualificação se aproximaram da competência. As recentes contribuições nesse âmbito permitem melhor compreender as dificuldades no desempenho das tarefas no caso em foco, ao considerar a qualificação como uma relação social, na qual a escolarização é compreendida no âmbito das relações sociais, destacando as de produção (KOBBER, 2004).

⁵ O processo seletivo é composto por questões gerais: língua portuguesa, matemática, atualidades e aspectos socioeconômicos do município e do Estado de Santa Catarina.

Os trabalhadores são enviados pela Prefeitura sem passar por uma entrevista, só por processo seletivo. Então, vão lá, fazem uma boa prova e entram aqui sem saber suas verdadeiras funções. Um exemplo são os educadores sociais. Eles vêm com a ideia de que vão ser professores/educadores e só. Quando na verdade têm que dar banho, trocar fraldas. Quando caem nessa realidade, fogem. Aqui na Casa, os resultados ocorrem muito devagar: é como trabalho de formiguinha e muitos não têm paciência e compreensão para isso. Vocês veem isso, tem momentos em que está tudo maravilhoso, tudo dando certo. De repente vira tudo e é uma agitação só (D1).

Outros itens relacionados ao despreparo dos trabalhadores foram citados, destacando-se dentre eles o desvio de funções, relacionado com a diversidade de atividades para o cuidado das crianças e adolescentes (higienização, medicação, alimentação). Muitos trabalhadores sentem-se inferiorizados ao desenvolverem algumas dessas atividades e acabam frustrados com o trabalho no Abrigo. Os trabalhadores refletiram e definiram durante as oficinas que o nome ideal para o cargo é de “cuidador” (OLIVEIRA, 2003).

Os trabalhadores da instituição revelaram que não se sentem preparados para enfrentar o intenso envolvimento emocional que decorre do convívio com as crianças e adolescentes, situação que se aprofunda ao conhecerem os problemas sócio-familiares com os quais elas conviveram e que as conduziram ao abrigo. A preocupação e a comoção de alguns trabalhadores são visíveis:

Quando chegas pela primeira vez e uma criança te chama de pai, é de arrepiar. Eles fazem isso por necessidade. Olha, é de arrepiar, chacoalha. E a gente tem que corresponder a isso. Eles se apegam. A gente acaba adotando eles. Ao mesmo tempo é difícil porque a gente não pode criar um vínculo tão forte, porque depois como será na saída? (Es3).

O trabalho em instituições de abrigamento requer formação profissional e preparo afetivo, pois o desempenho de atividades em instituições que implicam cuidados intensivos e continuados de pessoas demanda a existência de um arcabouço estatal consistente de política social (LESSA; PARISOTO; ANDRADE; SEQUEIRA, 2005; CRUZ, 2006; SALINA-BRANDÃO; WILLIAMS,

2009). Ao ingressar no trabalho, as pessoas precisam de um “treinamento” inicial, bem como de capacitação e avaliação dos serviços constantes.

Mesmo com todas as dificuldades, os trabalhadores reconhecem que a atividade é de alta complexidade, que os resultados positivos demoram a aparecer e que se não houver trabalhadores conscientes, capacitados e “empoderados” (termo utilizado diversas vezes pela diretora) será muito difícil alcançar um trabalho de qualidade.

4.2 A-2) A falta de estrutura material na Instituição

Os trabalhadores referem algumas falhas no que diz respeito à estrutura material. Por exemplo, a ausência de uma biblioteca, de materiais didáticos utilizados na escola, de acesso à internet, de um carro e de um espaço para realização de oficinas sociopedagógicas.

O Estatuto da Criança e do Adolescente preconiza alguns itens básicos de segurança para o funcionamento de instituições do tipo Abrigo. Percebemos que a Casa de Passagem “Contos de Fadas” está adequada, pois oferece instalações físicas em boas condições de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança, assim como, cuidados médicos, psicológicos, odontológicos e farmacêuticos (BRASIL, 1990). Considerando as observações da estrutura física da Casa, realizadas *in loco*, é possível verificar a existência de espaço para a realização das oficinas, inferindo-se que as dificuldades em desempenhar os trabalhos possam estar vinculadas às carências mencionadas com relação à qualificação.

O Abrigo possui convênio com a Prefeitura Municipal, Poder Público e recebe doações da comunidade. O grupo de trabalhadores conclui que o repasse de verbas é suficiente apenas para o básico (alimentação e higiene), portanto considera as doações comunitárias muito importantes.

A disponibilidade de meios materiais e humanos para realização das políticas públicas tem sido creditada nas últimas décadas à parceria estatal e societal (SOARES, 2003), que no caso dos abrigos em estudo se cristaliza no Estatuto da Criança e do Adolescente (JOHNSON; PACHER,

2008). Porém, as informações disponíveis (Ibidem; SILVA, 2003; OLIVEIRA, 2003) conduzem a pensar que o protagonismo estatal é necessário para o funcionamento das instituições sociais. O financiamento não estatal apresenta-se ocasionalmente, com conteúdo filantrópico, comprometendo a indispensável continuidade que essas políticas sociais oferecem (MONTAÑO, 2003). A difusão de responsabilidades permitiu que as políticas para as crianças e adolescentes isentassem o Estado, desde o financiamento até a execução das mesmas.

5 Tema B: Como se sentem em relação ao trabalho com as crianças

A relação dos trabalhadores com as crianças e adolescentes remete de forma mais intensa às vicissitudes contemporâneas que envolvem o trabalho de cuidado com pessoas, provocando intensas marcas psicossociais (CODO, 1994; MAENO; CARMO, 2005).

5.1 B-1) As marcas psicossociais e o aprisionamento das crianças abrigadas

Um fato preocupante relacionado à situação do abrigamento foi apresentado pelos trabalhadores: as consequências que esse período, que deve ser de passagem, tem na vida das crianças (SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2006). O grupo argumenta que a permanência no Abrigo gera marcas psicossociais, mesmo quando breve. Inúmeras ações e sentimentos causadores de sequelas nas crianças são facilmente percebidos pelos trabalhadores, como: disputa de espaço afetivo entre as crianças em relação aos trabalhadores; distorção de valores; preconceito e exclusão social; vazio existencial; necessidade de ter uma crença ou religião. Algumas crianças desejam permanecer e outras querem fugir da Instituição, fazem referência à "sensação de prisão", entre outras (RYAN; GARNIER; ZYPHUR; ZHAI, 2006).

Os trabalhadores dizem conviver diariamente com uma **disputa de espaço afetivo** muito grande entre as crianças em relação a eles. O grupo acredita que isso se deve ao fato de

as crianças não terem recebido amor e carinho de suas famílias de origem, pela "bagagem de sofrimento" que carregam e pelo grande número de abrigados. Assim, acabam buscando uma pessoa "referência" no Abrigo. Nas experiências de trabalho com crianças vítimas do trabalho infantil, que depois passaram a viver em Abrigos, foi possível observar muitos desses comportamentos (SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2006). Algumas crianças rejeitavam o contato físico com os trabalhadores, preferiam ficar isoladas e falavam pouco. Outras eram agressivas ou cometiam "pequenos" furtos; as crianças abusadas sexualmente eram mais ousadas no modo de vestir-se, tinham preferência por "namorados" mais velhos e algumas se masturbavam com frequência.

Os elementos apontados revelam a complexidade em lidar com o abandono que marca a vida dessas crianças e adolescentes, que demanda, entre outras questões, maior preparo profissional e suporte afetivo para os trabalhadores (LESSA; PARISOTO; ANDRADE; SEQUEIRA, 2005).

O grupo de trabalhadores relata que nem sempre consegue oferecer um bom atendimento para todas as crianças, em função do volume de trabalho demandado e da ausência de parceiros. Com isso, aventa a possibilidade de imitar algumas instituições, que estão adotando uma tática para melhorar o atendimento às crianças através da participação de pessoas voluntárias nas atividades diárias, proporcionando momentos de interação e acolhimento entre voluntários e abrigados.

Segundo os trabalhadores, muitas crianças da Casa de Passagem "Contos de Fadas" apresentam **distorção de valores** em relação à vida. A situação de violência vivenciada por elas parece ter conduzido a uma desvalorização da vida, abalando a sua autoestima. Isso é o que mostra a fala a seguir:

A "J" dizia que quando saísse daqui queria arrumar um namorado bem ruim. Um traficante. Daí, ela iria fazer o que ela queria.

- Eu vou contar para ele o que "C" fez comigo (abuso sexual) e ele vai matar meu padrasto (D1).

O preconceito e a exclusão social⁶ dos abrigados podem ser, nesse contexto, compreendido como outra dimensão do abandono, efetivamente como momento de privação. O grupo de trabalhadores argumenta que as crianças não participam plenamente da sociedade e, assim, não têm acesso ao que ela pode oferecer de positivo. Os trabalhadores do abrigo também lembraram que a exclusão se estende às famílias em função da situação de pobreza e desemprego em que vivem (SOARES, 2003; MARTINS, 2002).

Um ponto positivo que foi possível observar na Casa de Passagem estudada é que a estrutura da instituição é muito próxima de uma casa familiar. Sua arquitetura não lembra a de um pavilhão, como nos antigos orfanatos. Esse detalhe dá a impressão de um ambiente mais acolhedor. Entretanto, na frente da Casa existe um letreiro indicando que é a Casa de Passagem “Contos de Fadas”, o que pode não ser adequado, pois pode gerar preconceito e excluir ainda mais essas crianças.

Frequentemente, as crianças em situação de abrigamento são classificadas como diferentes e inferiorizadas pela população circundante, e essa situação é vivenciada por elas também nas escolas que frequentam. Esse estigma negativo permite identificar que se trata de preconceito social. Entende-se que o preconceito pode levar à discriminação, marginalização e violência (CRUZ, 2006; LESSA, PARISOTO, ANDRADE; SEQUEIRA, 2005).

Na visão dos trabalhadores, o **vazio existencial** identificado nas crianças também pode ser causado pela falta de amor familiar e ser considerado uma marca psicossocial. Eles entendem que as crianças, ao serem rejeitadas pelos pais, consideram que a vida não tem sentido nem significado, é vazia. Percebem que as crianças convivem com um sentimento de frustração, solidão e exclusão por terem sido abandonadas. Como afirmam Siqueira e Dell’Aglio (2006), se esse período perverso e conturbado não for muito bem trabalhado, pode causar sequelas irreparáveis às crianças.

Por outro lado, ao passar por esse momento conturbado na vida, algumas crianças amadurecem precocemente e podem se tornar resilientes com a convivência em uma instituição (BRASIL, 2002).

Os trabalhadores argumentam que não falam abertamente com as crianças sobre a situação de abrigamento, adoção e retorno familiar por falta de preparo, pois não sabem lidar com essas situações particulares (SALINA-BRANDÃO; WILLIAMS, 2009).

Lessa, Parisoto, Andrade e Sequeira (2005) apontam que o Abrigo deve possibilitar momentos em que as crianças possam contar e dividir suas histórias com outras pessoas. A partir do relato de situações que vivenciam no seu cotidiano, elas vão se constituir como sujeitos.

O grupo sente a **necessidade de as crianças terem uma crença ou seguirem uma religião** como alternativa para o fortalecimento dos laços afetivos. Elas precisam, também, aprender a não distorcer os valores da vida e preencher o vazio existencial sentido.

Um estudo mostra que grande parte dos Abrigos (67,2%) possui algum tipo de influência religiosa (OLIVEIRA, 2003). Todavia, a diretora da Casa de Passagem pesquisada argumentou que já fizeram uma tentativa, mas as crianças não se interessaram pelos estudos bíblicos da igreja do bairro (presbiteriana). Os trabalhadores sugeriram durante os encontros que uma pessoa ou um grupo de pessoas passe a frequentar o Abrigo para levar a palavra de Deus, sem determinar uma única religião.

É importante registrar que, na Casa de Passagem “Contos de Fadas”, a oração precede as principais refeições diárias. De certo modo, é uma forma de valorizar as crianças, pois, a cada refeição, uma criança é convidada a agradecer pelo alimento recebido. Essa ação é apoiada e elogiada por todos os trabalhadores.

Essa visão dos trabalhadores, de que para ter valores na vida é imprescindível ter uma religião, carece ser trabalhada. Para se ter valores, não é preciso necessariamente ter uma determinada religião, pois ela pode ajudar muito as famílias, mas, ao mesmo tempo, pode “aprisionar” as pessoas.

Algumas crianças abrigadas têm o **desejo de permanecer na Instituição, mas outras desejam constantemente fugir**, com o objetivo

⁶ Com relação à utilização do termo “exclusão” é necessário apontar, conforme Martins (2002), que este mascara a apropriação desigual da riqueza na sociedade que vivemos. Isso remete à necessidade de considerar conceitos clássicos, como o de pobreza.

de retornar ao lar de origem. O grupo percebe que a Instituição oferece segurança em vários aspectos (proteção, carinho, moradia, alimentação, medicamentos) para algumas crianças, porém simboliza o aprisionamento para outras, o que causa o desejo constante de fuga.

O “P” me disse esses dias:

- *Oh, tio! Será que se eu sair daqui minha mãe vai ter dinheiro pra me leva para escolinha de futebol? Eu vou dizer pro Conselho Tutelar que eu quero ficar aqui. Aqui eu tenho carinho, roupa e comida* (V1).

Existem alternativas criadas em substituição à rigidez dos Abrigos, as quais podem ser inscritas no âmbito da política de Convivência Familiar e Comunitária decorrente do art. IV do Estatuto da Criança e do Adolescente. Dentre as experiências conhecidas podem ser citadas as repúblicas e as famílias acolhedoras⁷, que evitam o “aprisionamento” e promovem a autonomia das pessoas. Pires (2007) defende que o apadrinhamento⁸ também tem colaborado para o melhor desenvolvimento da criança, através da aproximação e da colaboração, afetivamente, de pessoas que atuam como prestadores de serviços ou provedores.

As crianças se queixam, para os trabalhadores, da rígida rotina no Abrigo e comparam a Instituição com uma prisão – **o aprisionamento das crianças abrigadas**. O grupo concorda com os abrigados, pois acreditam que conviver em um local vigiado vinte e quatro horas por dia, com cadeados e grades por todos os lados e uma rotina rígida se iguala a um sistema prisional (RYAN; GARNIER; ZYPHUR; ZHAI, 2006). A fala transcrita a seguir deixa isso muito evidente:

⁷ Repúblicas e famílias acolhedoras proporcionam ambientes onde os adolescentes passam a noite, mas durante o dia saem para estudar e realizar atividades do seu interesse. Esses mecanismos de socialização, ainda que de tempo parcial, aproxima os adolescentes do convívio familiar, facilitando as possibilidades de integração social distanciados da violência, do abandono e/ou das variadas facetas das privações.

⁸ Essa modalidade consiste na escolha de uma criança ou adolescente para fornecimento de roupas, material escolar ou visitas, sendo que em alguns casos essa proximidade conduz a visitas às casas dos padrinhos sociais em finais de semana, sendo que pode desembocar na adoção.

Esses dias o “P” me pergunto uma coisa que “me cortou as pernas”:

- *Oh tio, meu irmão, o “Ratinho” é cheirador. Ele até já matou um cara. Ele tem arma. Por isso, ele está preso. E eu tio? Eu não fiz nada. Por que eu tenho que fica aqui nessa Casa?* (V2).

Por fim, entendemos que as marcas psicossociais decorrentes da situação de institucionalização podem ser evitadas se houver melhor avaliação do motivo da entrada das crianças nessas instituições. Sabemos que existem motivos que não justificam o abrigo, como a miséria familiar, por exemplo. Tal situação, assim como tantas outras derivadas de uma sociedade desigual, evidencia a necessidade de políticas públicas universais, para que crianças e adolescentes não sejam o elo mais fraco da condição familiar contemporânea (PEREIRA, 2008, SOARES, 2003).

5.2 B-2) A ausência de acompanhamento às famílias dos abrigados

Este tema gerador foi escolhido pelos trabalhadores como sendo o que mais provoca preocupação. Os trabalhadores apontam que não existem ações planejadas de aproximação durante o abrigo e nem no momento de retorno das crianças e adolescentes às suas famílias de origem, e têm consciência de que esse acompanhamento deveria partir inicialmente da própria Instituição (SALINA-BRANDÃO; WILLIAMS, 2009).

Johnson e Pacher (2008) ressaltam a necessidade de Políticas Públicas de prevenção ao abandono, que trabalhe a família em seu contexto e também em sua totalidade. No sistema social vigente as famílias são frequentemente abandonadas pelas políticas públicas, sendo as crianças e adolescentes os mais vulneráveis.

As dificuldades referenciadas na Casa de Passagem “Contos de Fadas” são pertinentes, pois também aparecem na pesquisa coordenada por Oliveira (2003), que aponta diversos motivos para a falha desse atendimento: falta de planejamento (planos, projetos e programas), ausência

de contratação de pessoas especializadas, desinteresse da família, moradia distante, falta de dinheiro e resistência das famílias em seguir as normas dos Abrigos.

O grupo entende a importância do acompanhamento às famílias, e menciona que o Abrigo, o Conselho Tutelar e o próprio Poder Público não estão cumprindo os princípios estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o que é prejudicial às crianças e seus familiares, que já trazem consigo tantas marcas.

O grupo de trabalhadores mostrou que possui uma visão ampla e humanística com relação às ações que devem ser desenvolvidas com as famílias, pois acreditam que a família precisa de muitas outras coisas, como uma profissão, tratamento especializado, entre outros.

Tem que começar com um estudo socioeconômico familiar. Fazer visita domiciliar, ver as condições da família, incluir nas Políticas Públicas. Enquanto as crianças estiverem aqui na casa, os pais precisam ser acompanhados por Assistentes Sociais, Psicólogos e Médicos, se necessário, para prepará-los para receber as crianças novamente. Os pais devem ter mais contato com seus filhos aqui dentro, por isso há oficinas pedagógicas aqui na Casa. Após a saída esse contato não deve terminar. A família deve ser acompanhada por um período até se estabilizar. O mesmo deve acontecer na adoção. Nós não preparamos essas crianças para receberem uma família. Nós nem tocamos nesse assunto. Eu penso que deve ter todo um preparo para adoção (D1).

A legislação brasileira aponta como um caminho a ser seguido o da existência de políticas e programas de apoio que favoreçam a reestruturação familiar. Porém, apenas 14,1% das Instituições apoiam a reestruturação familiar através de ações como visitas domiciliares, acompanhamento social, reuniões ou grupos de discussão e de apoio para os familiares, encaminhamentos para inserção em programas oficiais ou comunitários de auxílio e proteção às famílias (SILVA, 2003).

As informações relacionadas com os pais dos abrigados são escassas. Na Casa “Contos de Fadas” não eram permitidas visitas aos lares de origem nem em ocasiões especiais como datas festivas, mesmo alguns familiares residindo

próximos ao Abrigo. As visitas na Instituição eram determinadas com dias e horários marcados (quinzenalmente, aos sábados, das 14 às 17 horas), supervisionadas pela psicóloga, com os portões trancados e vigiados pela segurança. Os familiares não tinham acesso ao interior da instituição, por isso permaneciam somente no pátio. A situação descrita, na prática, é auto-explicativa no que se refere às dificuldades de vínculos com a família.

A ansiedade dos trabalhadores em relação à saída da criança do Abrigo e seu decorrente retorno à família de origem advém do fato de a família não ser trabalhada de alguma forma para esse momento. Eles argumentam que não consiste em política eficaz os abrigados receberem um atendimento de qualidade sem que paralelamente seja feito um trabalho com as famílias para reintegrar a criança. Para que as ações sejam efetivas, devem ocorrer conjuntamente entre família e abrigados, inclusive por ser indispensável considerar que o ato de violência, frequentemente, acontece no âmbito da convivência cotidiana.

Diante desses referenciais, entendemos que existe uma necessidade que não vem sendo atendida em grande parte das instituições, por falta de uma política efetiva que trabalhe com as necessidades do grupo familiar (SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2006). Apontamos, nesse sentido, que essa política deve envolver um conjunto de ações e práticas psicossociais e educativas, bem como um trabalho em rede de todos os órgãos e instituições envolvidas.

6 Considerações finais

Os temas geradores levantados pelos trabalhadores evidenciam suas dificuldades, seus sentimentos pelas crianças, seu sofrimento e, sobretudo, a sua vontade de aprender para modificar o ambiente de trabalho e, consequentemente, melhorar tanto a qualidade de vida dos abrigados, familiares, quanto a situação social do município no que diz respeito à violência infanto-juvenil.

Constatamos que a maioria dos Abrigos enfrenta os mesmos dilemas (SALINA-BRANDÃO; WILLIAMS, 2009; CRUZ, 2006; RYAN; GARNIER; ZYPHUR; ZHAI, 2006). A Casa de Passagem “Contos de Fadas” fornece o básico para os abrigados (moradia, alimentação e educação), mas não é o melhor lugar para as crianças desenvolverem-se de forma saudável. Por mais que o Abrigo seja uma casa com boa aparência e bem equipada, ainda que os familiares tenham violentado os infantes, eles desejam retornar ao seu lar de origem ou integrar outra família. No Abrigo as crianças sentem falta dos pais, dos irmãos e da liberdade. Por isso, a equipe de trabalhadores deve estar preparada e motivada para apoiá-las e fortalecê-las, visando à formação de uma família.

Ao refletirmos sobre as dificuldades que os abrigos atestam em desempenhar o seu objetivo precípuo, estamos habilitados a pensar na dificuldade em tornar eficaz as regulações do ECA. As problemáticas registradas a partir dos discursos dos trabalhadores pesquisados denotam a necessidade premente de qualificação específica para a atividade que desenvolvem, assim como da criação e manutenção de uma política de suporte continuada para quem trabalha com cuidados intensivos e constantes.

A atribuição integral de direitos às crianças e adolescentes nos espaços institucionais designados não garante a sua inserção social, colocando em dúvida a capacidade de promoção da sua cidadania. Parece que sua estratégia é baseada na vigilância, na fiscalização e no assistencialismo, comprometendo assim a emancipação e o empoderamento que conduzem a reinserção da criança.

Johnson e Pacher (2008) destacam que o ato de uma família em deixar um filho em um Abrigo, ou de uma criança ser retirada do convívio familiar pelo Conselho Tutelar ou Juizado da Infância e Adolescência, é apenas uma face do abandono. Em primeiro lugar, o Estado é que abandonou essa família. Com isso, a política de tutela de crianças e adolescentes não responde às necessidades das famílias e muito menos dos institucionalizados. Responde somente aos interesses do Estado, que não consegue implantar uma política econômica capaz de produzir inclusão social e tratar os cidadãos de forma igualitária. É possível pensar que com a

existência de ações efetivas, a medida de Abrigo tornar-se-ia desnecessária.

Diante de todas essas barreiras que dificultam o trabalho, a capacitação e o envolvimento dos trabalhadores são cada vez mais necessários e essenciais; e, por sua vez, inscrevem-se numa necessidade maior, que é a construção e execução de uma Política Social para essa população. Não podemos esquecer que por trás de cada criança abrigada sempre existe uma história de sofrimento, extensível à família, e que os trabalhadores das instituições de abrigo acabam padecendo com esse trabalho, em função da impotência em agir conforme as necessidades sociais. A manutenção da proteção integral das crianças e adolescentes no espectro das políticas compensatórias e residuais influencia no desenho das instituições. A superação desse modelo deve ser pensada para imaginar uma sociedade em que os sofrimentos vivenciados nos abrigos sejam desnecessários (PEREIRA, 2008).

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 1977.

BRASIL, Ministério da Saúde. Violência intrafamiliar. In: **Cadernos de Atenção Básica**: orientações para a prática e serviços, 2002. Disponível em: <http://www.bvms.saude.gov.br/bvs/publicações/cd05_19.pdf> Acesso em: julho de 2008.

BRASIL. LEI N° 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 13 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.Br/ccivil_3/Leis/L8069> Acesso em: junho de 2006.

CODO, W. et al. **Indivíduo, trabalho e sofrimento**: uma abordagem interdisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1994.

CRUZ, L. R. C. **(Des)articulando as políticas públicas no campo da infância**: implicações da abrigagem. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 44. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GADOTTI, M. **Convite à leitura de Paulo Freire**. São Paulo: Scipione, 1996.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

JOHNSON, G. A.; PACHER, M. E. A política de tutela de crianças e adolescentes no Estado de Santa Catarina. In: JOHNSON, G. A.; PEREIRA, R. M. F. do A. (Orgs.). **Dimensões locais das políticas públicas**: estudos aplicados. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, 2008.

KOBER, C. M. **Qualificação profissional**: uma tarefa de Sísifo. Campinas: Autores Associados, 2004.

LESSA, L. L.; PARISOTO, J. S.; ANDRADE, P. T.; SEQUEIRA, V. C. Reflexões sobre os caminhos de atuação profissional em abrigos. **Boletim de Iniciação Científica em Psicologia**, v. 6, n. 1, p. 42-50, 2005.

MARTINS, J. S. **A sociedade vista do abismo**: Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MAENO, M.; CARMO, J. C. **Saúde do trabalhador no SUS**. São Paulo: Hucitec, 2005.

MINAYO, M. C. S. (Org). 23. ed. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2004.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2003.

NOGUEIRA, P. C.; COSTA, L. F. A criança, a mãe social e o abrigo: limites e possibilidades. **Rev. bras. crescimento desenvolv. hum.**, São Paulo, v. 15, n. 3, dez. 2005.

OLIVEIRA; R. C. S. (Coord.). Por uma política de abrigos em defesa de direitos das crianças e dos adolescentes na cidade de São Paulo. **Relatório da pesquisa**, 2003. Disponível em: <<http://www.aasptlsp.org.br/#>> Acesso em: julho de 2008.

PEREIRA, P. A. P. **Política social**: temas & questões. São Paulo: Cortez, 2008.

PIRES, D. **Reestruturação produtiva e trabalho em saúde no Brasil**. São Paulo: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social; Annablume, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL “**Contos de Fadas**” – Santa Catarina: 2008a. Disponível em: <<http://www.contosdefadas.sc.gov.br/contosdefadas/localização.php>> Acesso em: agosto de 2008.

_____. “**Contos de Fadas**” – Santa Catarina: 2008b. Disponível em: <<http://www.contosdefadas.sc.gov.br/contosdefadas/historia.php>> Acesso em: agosto de 2008.

RYAN, J. P., GARNIER, P., ZYPHUR, M., ZHAI, F. Investigating the effects of caseworker characteristics in child welfare. **Children and Youth Services Review**, n. 5, 2006, pp.721-736. Acesso em janeiro de 2009 no portal Web of Science.

SALINA-BRANDÃO, A.; WILLIAMS, L. C. de A. O abrigo como fator de risco ou proteção: avaliação institucional e indicadores de qualidade. **Psicologia: reflexão e crítica**, Porto Alegre, v. 22, n. 3, 2009.

SILVA, E. R. A.. **Levantamento nacional de abrigos para crianças e adolescentes da rede SAC**. (IPEA, 2003). Disponível em: <<http://www.portaldovoluntario.org.Br/press/uploadArquivos/109726162757.pdf>> Acesso em: abril de 2007.

SIQUEIRA, A. C.; DELL’AGLIO, D. D. O impacto da institucionalização na infância e adolescência: Uma revisão de literatura. **Psicologia & Sociedade**, v.18, n.1, p.71-80, 2006.

SOARES, L. T. **O desastre social**. Coleção os porquês da desordem mundial. Rio de Janeiro: Record, 2003.

TREVISAN, A. P.; VAN BELLEN, H.M. Avaliação de Políticas Públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n.3, p. 529-50, maio/jun. 2008.